



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ATA DA SESSÃO PLENÁRIA

PLENÁRIO

Ata da sessão plenária realizada em 13 de setembro de 2023, às 10h30.

Presidente: Ministra Maria Thereza de Assis Moura

Secretário: Sergio José Americo Pedreira

Às dez horas e quarenta e sete minutos do dia treze de setembro de dois mil e vinte e três, na sala de sessões plenárias do Superior Tribunal de Justiça, sob a presidência da Senhora Ministra Maria Thereza de Assis Moura, foi aberta a sessão, em formato exclusivamente presencial.

Presentes as Senhoras e os Senhores Ministros Maria Thereza de Assis Moura (Presidente), Francisco Falcão, Laurita Vaz, Humberto Martins, Herman Benjamin, Luis Felipe Salomão, Mauro Campbell Marques, Benedito Gonçalves, Raul Araújo, Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira, Villas Bôas Cueva, Marco Aurélio Bellizze, Assusete Magalhães, Sérgio Kukina, Moura Ribeiro, Regina Helena Costa, Rogerio Schietti Cruz, Gurgel de Faria, Reynaldo Soares da Fonseca, Ribeiro Dantas, Antonio Saldanha Palheiro, Messod Azulay Neto e Paulo Sérgio Domingues.

Ausentes justificadamente a Senhora Ministra Nancy Andrichi e os Senhores Ministros João Otávio de Noronha, Og Fernandes (Vice-Presidente), Marco Buzzi e Joel Ilan Paciornik. O Ministro Sebastião Reis Junior participou da abertura da sessão e se ausentou durante a sessão privada.

A Ministra Presidente cumprimentou seus pares e declarou aberta a sessão plenária, cuja finalidade foi analisar as propostas de emenda regimental 111 e 121, escolher um juiz federal e um juiz de Tribunal Regional Federal para as vagas do Conselho Nacional de Justiça e um juiz para a vaga do Conselho Nacional do Ministério Público, tudo em decorrência do término do biênio dos mandatos dos magistrados que compõem os referidos conselhos, previsto para ocorrer em dezembro deste ano, eleger os membros do Conselho da Justiça Federal, eleger os ministros para compor o Tribunal Superior Eleitoral e eleger o ministro Ouvidor e seu substituto.

A Ministra Presidente transformou a sessão em conselho e solicitou que permanecessem na sala apenas os ministros integrantes da Corte.

Tornando a sessão pública, a Ministra Presidente retomou os trabalhos e deu início à apreciação das proposições de emenda regimental aprovadas pela Comissão de Regimento Interno, que foram encaminhadas previamente aos Senhores Ministros. A Ministra Presidente indagou se todos estavam de acordo com o texto e, com a anuência do colegiado, declarou aprovada, por unanimidade, a Emenda Regimental 111, que tem por finalidade o aumento do número de componentes do Conselho da Justiça Federal, e a Emenda Regimental 121, que amplia para setenta anos a idade máxima para nomeação de ministro do STJ. Estando todos de acordo, a Ministra Presidente declarou aprovadas as emendas.

Dando continuidade aos trabalhos, designou como escrutinadores os Ministros Herman Benjamin, Luis Felipe Salomão e Benedito Gonçalves e solicitou ao Diretor-Geral a distribuição das cédulas.

Antes de ser iniciada a distribuição, a Ministra Presidente explicou que cada magistrado receberia apenas uma cédula, devendo votar em apenas um nome por cédula. Acrescentou que, em caso de rasura, a Presidência deveria ser comunicada a fim de que se procedesse à invalidação da cédula em plenário para disponibilização de outra. Feitos os esclarecimentos, as cédulas foram distribuídas.

A Ministra Presidente comunicou que, primeiramente, seria realizada a votação para escolha de um juiz federal para a vaga no Conselho Nacional de Justiça, consoante o art. 21, inciso XXXII, do RISTJ.

Ato contínuo à votação e ao recolhimento dos votos em urna própria, deu-se início à apuração. Em 1º escrutínio, foram contabilizados 24 votos, sendo 23 votos válidos, um voto em branco e nenhum voto nulo, distribuídos da seguinte forma: Daniela Pereira Madeira (TRF2), 22 votos; Narciso Leandro Xavier Baez (TRF4), um voto.

Com base na apuração, a Ministra Presidente informou que a Juíza Federal Daniela Pereira Madeira foi a escolhida e seu nome será publicado no Diário da Justiça eletrônico e divulgado na página eletrônica do STJ (art. 21, inciso XXXII, parágrafo único, inciso X, do Regimento Interno).

Na sequência, passou-se à escolha de um juiz de TRF (desembargador federal) para o Conselho Nacional de Justiça. A Ministra Presidente solicitou a distribuição das cédulas de votação e rememorou que, no 1º escrutínio, cada ministro deveria votar em um candidato.

Recolhidos os votos em urna própria, foi iniciada a apuração. Foram computados no 1º escrutínio 24 votos, sendo dezenove votos válidos, quatro votos em branco e um voto nulo, distribuídos da seguinte forma: Mônica Autran Machado Nobre (TRF3), dezoito votos; Alexandre Costa de Luna Freire (TRF5), um voto.

A Ministra Presidente informou, então, que a Desembargadora Federal Mônica Autran Machado Nobre foi a escolhida e seu nome será publicado no Diário da Justiça eletrônico e divulgado na página eletrônica do STJ (art. 21, inciso XXXII, parágrafo único, inciso X, do Regimento Interno).

Dando continuidade, passou-se à escolha de um juiz para o Conselho Nacional do Ministério Público. A Ministra Presidente solicitou a distribuição das cédulas de votação.

Recolhidos os votos em urna própria, foi iniciada a apuração. Foram computados no 1º escrutínio 24 votos, sendo 21 votos válidos, três votos em branco e nenhum voto nulo, distribuídos da seguinte forma: Cíntia Menezes Brunetta (TRF5), vinte votos; Jansen Fialho de Almeida (TJDFT), um voto.

A Ministra Presidente informou, então, que a juíza federal Cíntia Menezes Brunetta foi a escolhida e seu nome será publicado no Diário da Justiça eletrônico e divulgado na página eletrônica do STJ (art. 21, inciso XXXII, parágrafo único, inciso X, do Regimento Interno).

Após, foi iniciada a eleição do membro efetivo do Conselho da Justiça Federal em decorrência do iminente término do mandato do Ministro Marco Aurélio Bellizze, em 28 de novembro de 2023. Considerando a renúncia da Ministra Regina Helena Costa encaminhada à Presidência, pela ordem de antiguidade, foi indicado o Ministro Rogerio Schietti Cruz para se tornar membro efetivo do Conselho da Justiça Federal ao término do mandato do Ministro Marco Aurélio Bellizze. Depois de consultar os pares, a Presidente propôs fosse a escolha feita por aclamação, o que foi acolhido por todos. A Presidente declarou eleito, por aclamação, o Ministro Rogerio Schietti.

Considerando a eleição do Ministro Rogerio Schietti para o cargo de membro efetivo e a renúncia da Ministra Regina Helena Costa, a Ministra Presidente informou que se abriram duas vagas de membro suplente. Seguindo a ordem de antiguidade, informou-se que os sucessores são os Ministros Marcelo Navarro Ribeiro Dantas e Antonio Saldanha Palheiro. Então, por aclamação, a Presidência

declarou terem sido eleitos os membros suplentes e titulares.

Acrescentou, que, com o término do mandato do Ministro Marco Aurélio Bellizze, a Ministra Assusete Magalhães passará a ser o membro efetivo mais antigo sem cargo de direção naquele Conselho, tornando-se, portanto, Vice-Corregedora-Geral da Justiça Federal nos termos do art. 3º do Regimento.

Logo em seguida, a Ministra Presidente passou à eleição de membro efetivo para compor o TSE em decorrência do iminente término do mandato do Ministro Benedito Gonçalves, em 9 de novembro de 2023. Pela ordem de antiguidade, a vez será da Ministra Isabel Gallotti, que foi eleita, por aclamação, membro efetivo do TSE.

Dando prosseguimento, passou-se à eleição de membro substituto do TSE em decorrência da eleição da Ministra Isabel Gallotti como membro efetivo. Pela ordem de antiguidade, a vez será do Ministro Villas Bôas Cueva, eleito, por aclamação, para membro substituto do TSE.

Na sequência, procedeu-se à eleição do Ministro Ouvidor em razão do término do mandato da Ministra Regina Helena Costa, em 21 de novembro de 2023. Pela ordem, a vez é do Ministro Rogério Schietti. A Presidente declarou eleito, por aclamação, como Ministro Ouvidor o Ministro Rogério Schietti.

Em seguida, passou-se à eleição do ministro Ouvidor Substituto informando que, pela ordem de antiguidade, a vez é do Ministro Luiz Alberto Gurgel de Faria. A Ministra Presidente declarou eleito, por aclamação, como Ministro-Ouvidor Substituto o Ministro Luiz Gurgel de Faria.

A Ministra Presidente indagou se algum ou alguns dos eleitos queriam se manifestar e passou a palavra à Ministra Isabel Gallotti, que agradeceu em nome de todos os eleitos.

Por fim, a Ministra Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão às doze horas e dezessete minutos.

Ministra Maria Thereza de Assis Moura
Presidente

Sergio José Americo Pedreira
Diretor-Geral
Secretário da sessão



Documento assinado eletronicamente por **Sergio José Americo Pedreira, Diretor-Geral**, em 19/09/2023, às 15:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Thereza Rocha de Assis Moura, Presidente do Superior Tribunal de Justiça**, em 28/09/2023, às 14:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.stj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3702155** e o código CRC **DE6B9E67**.
